

Edição ampliada
com Recursos e
Precedentes

ARRUDA ALVIM

**MANUAL DE
DIREITO
PROCESSUAL
CIVIL**

-
- **TEORIA GERAL DO PROCESSO**
 - **PROCESSO DE CONHECIMENTO**
 - **RECURSOS • PRECEDENTES**

18ª edição revista, atualizada e ampliada

THEREZA ALVIM
REVISORA

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

SUMÁRIO

GRUPO DE APOIO.....	7
PREFÁCIO	9
1 – CONCEITO DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL E SUA RELAÇÃO COM OS DEMAIS RAMOS DO DIREITO	
1.1. Denominação e âmbito.....	33
1.2. Princípios informativos do processo civil – lógico, jurídico, político e econômico.....	37
1.3. As relações entre o Direito Processual Civil e os demais ramos do Direito	41
1.3.1. O processo civil e o Direito Constitucional	41
1.3.2. O processo civil e o Direito Penal	45
1.3.3. O processo civil e o Direito Processual Penal.....	46
1.3.4. O processo civil, o Direito Administrativo e o Direito Tributário.....	48
1.3.5. O processo civil e o Direito Civil	49
1.3.6. O processo civil e o Direito Comercial.....	50
1.3.7. O processo civil e o Direito Processual do Trabalho.....	51
1.3.8. O processo civil e os Direitos Humanos.....	52
2 – EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL	
2.1. Processo civil romano	54
2.1.1. Período das <i>legis actiones</i>	54
2.1.2. Período do processo formulário	55
2.1.3. Período da <i>extraordinaria cognitio</i>	55
2.2. Processo romano-barbárico.....	56
2.3. O processo comum na Itália	57
2.3.1. Período dos glosadores.....	57
2.3.2. Período dos pós-glosadores.....	57
2.3.3. Período da jurisprudência culta	58
2.4. O processo comum na Alemanha	58
2.5. O processo na Península Ibérica e suas implicações no Direito brasileiro.....	59
2.5.1. As Ordenações – Especialmente as Filipinas	60
2.6. O Brasil e sua legislação depois da Independência.....	60
2.6.1. O Regulamento 737.....	60

2.6.2.	A República e o processo civil – Os Códigos de Processo Civil Estaduais	61
2.6.3.	A reunificação do processo civil – os códigos de 1939 e 1973	61
2.7.	A reelaboração dogmática do direito processual civil no século XX.....	63
2.7.1.	Autonomia do direito da ação.....	64
2.7.2.	Moderna classificação das ações.....	65
2.7.3.	O processo concebido como contrato ou quase contrato.....	66
2.7.4.	O processo como instrumento predominantemente técnico	67
2.8.	A fase contemporânea do processo civil brasileiro.....	68
2.8.1.	Intersecção entre função cognitiva, executiva e cautelar	68
2.8.2.	Insuficiência do processo individual à luz do direito material e da ascensão das massas.....	71
2.8.3.	Alterações no sistema processual em correspondência à ascensão de novos direitos tuteláveis.....	76
2.9.	O Novo Código de Processo Civil.....	80

3 – JURISDIÇÃO

3.1.	A Função Jurisdicional.....	98
3.1.1.	O Estado de Direito	98
3.1.2.	Natureza da função jurisdicional e suas características	101
3.1.3.	Os princípios fundamentais da jurisdição	104
3.1.4.	Jurisdição contenciosa e voluntária.....	107
3.1.5.	Função jurisdicional e métodos alternativos de solução de conflitos	108
3.1.6.	A reforma do Poder Judiciário	109
3.2.	Jurisdição e sua função de controle	113
3.2.1.	Inconstitucionalidade de lei declarada incidentalmente	114
3.2.2.	O controle concentrado da constitucionalidade.....	118
3.2.3.	O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário	126
3.3.	Jurisdição e sua função uniformizadora	129
3.3.1.	A força da jurisprudência no CPC/2015	129
3.3.2.	Parâmetros para formar, aplicar e não aplicar decisões vinculantes.....	133
3.3.3.	Distinção, superação e adoção de decisões vinculantes.....	135
3.3.4.	A organização e a indexação das decisões vinculantes.....	137
3.3.5.	A repercussão geral.....	139
3.3.6.	A súmula vinculante.....	142

4 – DIREITO DE AÇÃO

4.1.	A teoria da ação	146
4.1.1.	Os conflitos de interesse e as respectivas soluções.....	146
4.1.2.	Noção de direito objetivo e de direito subjetivo.....	147
4.1.3.	A ação e o direito subjetivo no prisma judicial.....	149
4.1.4.	Teoria civilista da ação.....	153

4.1.5.	A posição de Adolf Wach.....	154
4.1.6.	A posição de Chiovenda.....	155
4.1.7.	Crítica às concepções clássicas sobre a ação.....	157
4.2.	Conceito de ação e condições para o seu exercício.....	159
4.2.1.	Definição de ação.....	159
4.2.2.	As condições da ação em nosso Direito positivo.....	160
4.2.2.1.	O interesse processual.....	164
4.2.2.2.	A legitimidade para a causa.....	166
4.2.3.	O procedimento de verificação das condições da ação.....	168
4.2.4.	As condições da ação e o mérito.....	169
4.2.5.	A extinção por falta de condições da ação e a repositura da demanda.....	171
4.3.	A ação declaratória.....	172
4.3.1.	Particularidades da ação declaratória.....	172
4.3.2.	A ação declaratória incidental – sua função no CPC/1973 e o tratamento do tema no CPC/2015.....	176
4.4.	A ação e o objeto do processo.....	180
4.4.1.	O papel do “fato” na teoria da ação.....	180
4.4.2.	Conceito de mérito.....	182
4.4.3.	Elementos da ação.....	183
4.4.3.1.	As partes e sua identificação.....	184
4.4.3.2.	O objeto (o pedido).....	185
4.4.3.3.	Fundamento legal e causa de pedir.....	187
4.4.4.	Cumulação de pretensões (de pedidos).....	188
4.4.5.	Concorrência de ações.....	191

5 – PROCESSO E OS PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS

5.1.	A formação da relação jurídica processual.....	194
5.2.	Pressupostos processuais da existência da relação jurídica processual.....	196
5.3.	Pressupostos processuais de validade da relação jurídica processual.....	201
5.4.	Pressupostos processuais negativos.....	206

6 – AS NORMAS PROCESSUAIS CIVIS E OS CHAMADOS PRECEDENTES PELO NOVO CPC

6.1.	Norma jurídica.....	207
6.1.1.	Normas processuais civis.....	211
6.2.	Classificação das normas processuais civis.....	213
6.2.1.	Norma cogente e norma dispositiva.....	214
6.2.2.	Norma processual e norma substancial.....	215
6.2.3.	Normas de processo e normas de procedimento.....	216
6.3.	As fontes da norma processual civil.....	223
6.3.1.	Os chamados precedentes pelo novo CPC.....	223
6.4.	Normas processuais na Constituição Federal.....	225

7 – AS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

7.1.	A função da Parte Geral e a estrutura dogmática do CPC/2015	231
7.2.	Leitura e interpretação do CPC à luz da Constituição (art. 1.º)	234
7.2.1.	A remodelação do papel das Constituições e o papel da magistratura e dos parlamentos	235
7.2.2.	Modificação, no plano prático, do papel das Constituições	237
7.2.3.	Impactos do constitucionalismo sobre o conceito e os objetivos da jurisdição	239
7.2.4.	O impacto da constitucionalização do direito sobre a jurisprudência	240
7.2.5.	Interpretação conforme a Constituição	242
7.3.	A inércia e a inafastabilidade da jurisdição (arts. 2.º e 3.º)	243
7.3.1.	Jurisdição e arbitragem	245
7.3.2.	A conciliação e a mediação	249
7.4.	A duração razoável do processo (art. 4.º)	251
7.5.	A boa-fé processual (art. 5.º)	252
7.6.	A cooperação processual (art. 6.º)	257
7.7.	A isonomia e a paridade de tratamento (art. 7.º)	260
7.8.	A hermenêutica e a aplicação das leis processuais (art. 8.º)	263
7.8.1.	A interpretação das leis em geral	263
7.8.2.	Interpretação da lei processual civil	266
7.8.3.	A hermenêutica conforme o art. 8.º do CPC/2015	267
7.8.3.1.	Especificamente: a proporcionalidade e a aplicação do direito processual	270
7.8.4.	As fontes subsidiárias da norma processual civil	278
7.8.4.1.	Analogia	280
7.8.4.2.	Costume	280
7.8.4.3.	Os princípios gerais do Direito	281
7.8.4.4.	A jurisprudência e o processo civil	284
7.9.	O contraditório como influência e a necessidade de diálogo (arts. 9.º e 10)	286
7.10.	Publicidade e motivação das decisões (art. 11)	289
7.11.	Ordem cronológica de julgamento (art. 12)	291

8 – ORGANIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO E SUAS FUNÇÕES

8.1.	Funções do Poder Judiciário e funções judiciárias	294
8.2.	Órgãos judiciários	295
8.2.1.	Conselho Nacional de Justiça	298
8.3.	Órgãos não judiciários com funções jurisdicionais	299
8.4.	Regimento dos tribunais	300
8.5.	Organização judiciária	300
8.6.	Normas disciplinadoras da organização judiciária	302
8.7.	Possibilidade de conflito entre as normas de organização judiciária e as leis de processo	303

8.8.	Auxiliares da Justiça	305
8.9.	A cooperação internacional e nacional	309

9 – COMPETÊNCIA

9.1.	Jurisdição e competência: alguns aspectos introdutórios	311
9.2.	Definição de competência	314
9.2.1.	Competência absoluta e competência relativa	316
9.2.2.	A competência como pressuposto processual	318
9.2.3.	Competência exterior e interior	321
9.3.	Critérios para definição da competência	322
9.3.1.	A dita “competência internacional” e “interna”	322
9.3.2.	A divisão tripartida da competência (os critérios objetivo, territorial e funcional)	325
9.3.3.	O critério objetivo em razão da matéria ou do valor da causa (a competência objetiva)	325
9.3.4.	O critério territorial (a competência territorial)	326
9.3.5.	O critério funcional ou da função do órgão jurisdicional (a competência funcional)	328
9.3.6.	Prevenção	329
9.4.	A competência territorial e a definição do foro competente	331
9.4.1.	Foro e juízo	331
9.4.2.	Foro geral	333
9.4.3.	Foros especiais	335
9.4.4.	Foro para as ações fundadas em direito real sobre imóveis	335
9.4.5.	O foro para as ações pertinentes à sucessão	339
9.4.6.	O foro do ausente	341
9.4.7.	O foro do incapaz	341
9.4.8.	O foro da União, dos Estados e do Distrito Federal	342
9.4.9.	O foro para as ações de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável	342
9.4.10.	O foro para as ações em que se pedem alimentos	343
9.4.11.	Demais foros especiais	344
9.5.	A competência da Justiça Federal	344
9.5.1.	As hipóteses de competência	346
9.5.2.	Casuística	352
9.5.3.	A competência da Justiça Federal é absoluta	355
9.5.4.	Os Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal	356
9.6.	A competência jurisdicional em se tratando de mandado de segurança	357
9.7.	A competência em leis extravagantes	357
9.8.	Incompetência	361
9.8.1.	Incompetência relativa	361
9.8.2.	Incompetência absoluta	362
9.8.3.	<i>Perpetuatio iurisdictionis</i>	365

9.9.	Modificação da competência (conexão e continência de causas)	367
9.9.1.	Conexão de causas	367
9.9.2.	Continência de causas	369
9.10.	Conflito de competência	370
9.10.1.	Aspectos introdutórios	370
9.10.2.	O tratamento dado à matéria pelo nosso Código e entre tribunais estaduais...	371
9.10.3.	O procedimento do conflito de competência	372

10 – OS SUJEITOS DO PROCESSO

10.1.	Introdução	373
10.2.	O juiz	373
10.2.1.	Independência funcional e garantias do juiz	373
10.2.2.	A atuação do juiz na relação processual	377
10.3.	Parte, capacidade e legitimação processual	379
10.4.	As regras do Direito Civil no tema da capacidade e o Direito Processual Civil	383
10.5.	A capacidade de ser parte, a capacidade para estar em juízo, a legitimação processual e a legitimidade <i>ad causam</i>	384
10.5.1.	Os incapazes e sua representação em juízo	386
10.5.2.	O regime jurídico dos incapazes no Direito Processual Civil	388
10.5.3.	A colisão de interesses do incapaz e do representante	389
10.5.4.	O curador especial	390
10.5.5.	Forma de ser sanada a incapacidade	396
10.5.6.	A capacidade processual do casal	397
10.6.	Advogado	400
10.6.1.	Capacidade postulatória	400
10.6.2.	A função do advogado	404
10.6.3.	A procuração e os poderes conferidos	407
10.6.4.	Deveres do advogado previstos no Código de Processo Civil	411
10.6.5.	Direitos do advogado previstos pelo Código de Processo Civil	413
10.6.6.	Honorários advocatícios sucumbenciais	415
10.6.7.	Honorários advocatícios contra a Fazenda Pública	424
10.7.	A Defensoria Pública e sua Função Institucional	426
10.7.1.	Atuação da Defensoria Pública em Juízo	431
10.7.2.	Atuação da Defensoria Pública como Parte	431
10.7.3.	A Representação Processual dos Necessitados	433
10.7.4.	Atuação da Defensoria Pública na Curadoria Especial	436
10.7.5.	O Defensor Público e sua Capacidade Postulatória	438
10.7.6.	Prerrogativas da Defensoria Pública previstas pelo Código de Processo Civil....	441
10.8.	Ministério Público	442
10.8.1.	A atual função do Ministério Público	442
10.8.2.	Os princípios estruturais e os da atuação do Ministério Público	443
10.8.3.	O Ministério Público e sua posição político-jurídica	449
10.8.4.	A atuação do Ministério Público	451

10.8.5.	Hipóteses de intervenção do Ministério Público no Código de Processo Civil	454
10.8.6.	A atuação do Ministério Público no processo	459
10.9.	Representação em Juízo das pessoas jurídicas	460
10.9.1.	Noções gerais	460
10.9.2.	A representação da União	461
10.9.3.	A representação dos Estados federados e do Distrito Federal	464
10.9.4.	A representação dos Municípios	466
10.9.5.	A representação das autarquias e demais entidades de caráter público criadas por lei	467
10.9.6.	A representação das pessoas jurídicas de Direito Privado	468
10.9.7.	A representação das paróquias da Igreja Católica	471
10.10.	Representação dos entes despersonalizados	472
10.10.1.	Introdução	472
10.10.2.	A representação da massa falida	473
10.10.3.	A representação das heranças jacente e vacante	474
10.10.4.	A representação do espólio	475
10.10.5.	A representação dos condomínios edilícios	477

11 – LITISCONSÓRCIO – TEMAS CORRELATOS

11.1.	Conceito de litisconsórcio	481
11.2.	Classificação do litisconsórcio quanto ao momento de sua formação	482
11.3.	Classificação do litisconsórcio quanto à obrigatoriedade ou não de sua formação (arts. 113 e 114) e o chamado litisconsórcio multitudinário (art. 113, § 1.º)	483
11.4.	Classificação do litisconsórcio quanto à sorte no plano do Direito Material	485
11.5.	Classificação do litisconsórcio quanto à posição, subjetiva ativa ou passiva, dos litisconsortes no processo	488
11.6.	Litisconsórcio facultativo (art. 113)	488
11.6.1.	Litisconsórcio facultativo baseado na comunhão de direitos ou de obrigações, tendo em vista a lide (art. 113, I)	490
11.6.2.	Litisconsórcio facultativo baseado na conexão de causas (arts. 55 e 113, II) ...	491
11.6.3.	Litisconsórcio facultativo baseado na afinidade de questões (art. 113, III)	492
11.7.	Litisconsórcio necessário (arts. 114 e 115)	495
11.8.	Litisconsórcio unitário (art. 116)	499
11.9.	Regime jurídico fundamental e especial do litisconsórcio	502
11.10.	A posição do sócio em demanda contra a sociedade e a figura do litisconsórcio	507
11.11.	A figura do litisconsórcio no sistema dos Juizados Especiais e no Código de Defesa do Consumidor	517

12 – INTERVENÇÃO DE TERCEIROS

12.1.	Introdução e razões de ser da intervenção de terceiros no processo	519
12.2.	Assistência	520
12.2.1.	Noções gerais sobre o instituto da assistência simples	520

12.2.2.	A assistência simples e a assistência litisconsorcial: aspectos em comum.....	523
12.2.3.	A assistência simples e a assistência litisconsorcial: distinção	524
12.2.4.	A atuação do assistente simples	526
12.2.5.	A atuação do assistente litisconsorcial.....	528
12.2.6.	Efeitos da sentença sobre o assistente simples e o assistente litisconsorcial ...	528
12.2.7.	O incidente de admissibilidade do assistente.....	530
12.3.	Denúnciação da Lide	531
12.3.1.	Noções gerais sobre o instituto e requisitos para sua admissão.....	531
12.3.2.	A hipótese do art. 125, I.....	536
12.3.3.	A hipótese do art. 125, II	536
12.3.4.	O ingresso do denunciado	545
12.3.5.	A posição do litisdenuciado	546
12.3.6.	O comparecimento ou não do denunciado pelo autor	548
12.3.7.	O comparecimento ou não do denunciado pelo réu	549
12.3.8.	As consequências da denúnciação.....	552
12.3.9.	A denúnciação da lide na execução	553
12.4.	Chamamento ao processo	553
12.4.1.	Finalidades e noções gerais do instituto	553
12.4.2.	As hipóteses de chamamento ao processo (art. 130 do CPC/2015)	555
12.4.3.	Procedimento do chamamento e seus efeitos	557
12.4.4.	Hipóteses de não admissibilidade do chamamento	559
12.4.5.	Chamamento ao processo e a ação declaratória.....	560
12.5.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	561
12.5.1.	Noções gerais sobre a teoria da desconsideração da personalidade jurídica ..	561
12.5.2.	A desconsideração da personalidade jurídica requerida de forma incidental ...	570
12.5.3.	A desconsideração da personalidade jurídica requerida na petição inicial.....	573
12.5.4.	Procedimento para desconsideração da personalidade jurídica inversa	574
12.5.5.	Efeitos da decisão que desconsidera a personalidade jurídica	574
12.6.	<i>Amicus Curiae</i>	575
12.6.1.	Noções gerais sobre o <i>amicus curiae</i>	575
12.6.2.	Quem pode ser <i>amicus curiae</i>	578
12.6.3.	Natureza jurídica do <i>amicus curiae</i>	580
12.6.4.	Requisitos para a admissão do <i>amicus curiae</i>	581
12.6.5.	A (ir)recorribilidade da decisão que admite ou inadmite o ingresso do <i>amicus curiae</i>	582
12.6.6.	Poderes do <i>amicus curiae</i>	584
12.6.7.	O <i>amicus curiae</i> e os julgamentos de casos repetitivos	585
12.6.8.	<i>Amicus curiae</i> e a coisa julgada	587

13 – ATOS PROCESSUAIS

13.1.	Atos jurídicos e atos processuais	588
13.2.	Classificação dos atos processuais	591

13.3.	Forma dos atos processuais	601
13.4.	As nulidades dos atos processuais	603

14 – NEGÓCIOS JURÍDICOS PROCESSUAIS

14.1.	Conceito	611
14.2.	A busca da superação do embate entre o publicismo e privatismo: influência sobre a disciplina dos negócios processuais no CPC/2015	613
14.3.	A cláusula geral sobre negócios processuais	617
14.4.	Requisitos dos negócios jurídicos processuais	621
14.5.	O controle judicial dos negócios jurídicos processuais	622
14.6.	Os limites dos negócios processuais	624
14.7.	O calendário processual	629

15 – COMUNICAÇÃO DOS ATOS PROCESSUAIS

15.1.	Considerações introdutórias	632
15.2.	A citação	634
15.2.1.	Citação por correio	638
15.2.2.	Citação por oficial de justiça	644
15.2.3.	Citação com hora certa	645
15.2.4.	Citação por Edital	647
15.2.5.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria	650
15.2.6.	Citação nas ações de família	650
15.2.7.	Local da citação	651
15.2.8.	Impedimentos legais para a efetivação da citação	652
15.2.9.	Conceito de citação e suas consequências	654
15.2.10.	Efeitos da citação	657
15.2.11.	A falta de citação	658
15.2.12.	Nulidade da citação	659
15.3.	As intimações	660
15.3.1.	Peculiaridades formais da intimação	662
15.3.2.	A comunicação por fac-símile e similares (Lei n.º 9.800/1999)	665
15.3.3.	O processo eletrônico – da Lei n.º 9.800/1999 ao CPC/2015	668

16 – O TEMPO E OS PRAZOS NO PROCESSO

16.1.	Prazos e preclusão	679
16.2.	Os princípios informativos do processo e os prazos	679
16.3.	Os princípios da utilidade e preclusão	681
16.4.	Prazos e sua classificação	691
16.5.	Contagem dos prazos	695
16.6.	Os prazos mais importantes	698
16.7.	Preclusão	699

16.8.	A interrupção da prescrição, a obstaculização da decadência e a prescrição intercorrente.....	706
16.9.	Suspensão da execução e a prescrição intercorrente.....	715

17 – AS TUTELAS PROVISÓRIAS

17.1.	Notas evolutivas: o surgimento da tutela antecipatória no CPC/1973 e a sua importância para a evolução das tutelas provisórias de urgência.....	719
17.1.1.	O surgimento da tutela antecipatória no CPC/1973.....	720
17.1.2.	A distinção entre tutela cautelar e tutela antecipatória.....	726
17.1.3.	A inserção da fungibilidade entre as tutelas de urgência no CPC/1973.....	732
17.1.4.	A sistematização das tutelas provisórias no CPC/2015.....	734
17.2.	Principais características das tutelas provisórias.....	736
17.3.	Disciplina geral das tutelas provisórias.....	738
17.3.1.	Competência para conhecimento das tutelas provisórias.....	738
17.3.2.	Impossibilidade de concessão <i>ex officio</i> das tutelas provisórias.....	739
17.3.3.	Possibilidade de revogação ou alteração das tutelas provisórias.....	740
17.3.4.	Fungibilidade entre as tutelas provisórias.....	741
17.3.5.	Efetivação das tutelas provisórias.....	742
17.3.6.	Ausência de discricionariedade na verificação dos pressupostos às tutelas provisórias.....	746
17.4.	Tutelas de urgência.....	748
17.4.1.	Sistematização das tutelas de urgência.....	748
17.4.2.	Pressupostos à concessão das tutelas de urgência.....	749
17.4.3.	Tutela de urgência e reversibilidade da medida.....	754
17.4.4.	Responsabilidade pelos danos causados com a efetivação da tutela de urgência.....	755
17.5.	Tutela de urgência antecipada requerida em caráter antecedente.....	757
17.6.	A estabilização da tutela de urgência antecipada antecedente.....	760
17.6.1.	Síntese evolutiva do instituto e principais questões no direito pátrio.....	760
17.6.2.	Pressupostos para a estabilização da tutela antecipada de urgência antecedente.....	764
17.6.3.	Estabilização e coisa julgada.....	771
17.6.4.	Outras questões polêmicas sobre a estabilização da tutela.....	775
17.7.	Tutela de urgência cautelar requerida em caráter antecedente.....	776
17.8.	A tutela antecipada de evidência.....	779
17.8.1.	Fundamentos da tutela de evidência e diferença entre tutela antecipada de urgência e tutela antecipada de evidência.....	779
17.8.2.	Diferença entre tutela antecipada da evidência e julgamento antecipado de mérito.....	780
17.8.3.	Hipóteses de concessão e pressupostos da tutela antecipada da evidência.....	781

18 – PETIÇÃO INICIAL

18.1.	Conceito, finalidade e importância da petição inicial.....	785
18.2.	Funções preparatórias e definitivas da petição inicial.....	785

SUMÁRIO

21

18.3.	Conteúdo lógico-jurídico da petição inicial	786
18.4.	O conteúdo da petição inicial. Declaração de vontade e declaração de ciência nela contidas.....	786
18.5.	Forma da petição inicial	787
18.6.	Requisitos da petição inicial	788
18.7.	Pedido.....	795
18.7.1.	Alteração ou aditamento do pedido e da causa de pedir.....	800
18.8.	Momento do ajuizamento da ação, distribuição e registro da petição inicial	801
18.9.	Deferimento, emenda e indeferimento da petição inicial.....	804
18.10.	Improcedência liminar do pedido	808

19 – AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU MEDIAÇÃO

19.1.	Mecanismos de autocomposição e Poder Judiciário	812
19.2.	Audiência de conciliação ou mediação.....	813
19.3.	Procedimento.....	818
19.4.	A audiência de conciliação ou mediação nas ações de família.....	819

20 – RESPOSTA DO RÉU

20.1.	Resposta e outras possíveis reações do réu	822
20.2.	Forma e início da contagem do prazo para contestação.....	823
20.3.	Analogia existente entre o direito de ação e o direito de defesa.....	824
20.4.	Contestação	825
20.4.1.	Função processual da contestação e ônus da impugnação especificada dos fatos	825
20.4.2.	Contestação e seu conteúdo processual.....	826
20.4.3.	Ainda sobre o conteúdo processual da contestação: especificamente a alegação de incompetência	830
20.4.4.	A contestação e seu conteúdo material: classificação da defesa de mérito em direta e indireta	832
20.4.5.	Contestação, concentração da defesa e preclusão	832
20.5.	O impedimento e a suspeição do julgador	834
20.6.	Reconvenção	836
20.6.1.	Possibilidade de ampliação subjetiva do processo na reconvenção.....	837
20.6.2.	Procedimento da reconvenção	839
20.6.3.	Autonomia da reconvenção.....	843
20.7.	As questões prejudiciais suscitadas como espécie de resposta do réu e a subsistência da ação declaratória incidental para as ações ajuizadas sob a vigência do CPC/1973....	843

21 – REVELIA

21.1.	Introdução	845
21.2.	A revelia no sistema do Código de Processo Civil e seus aspectos capitais.....	846
21.3.	Revelia e litisconsórcio	851

21.4.	Revelia e assistência	853
21.5.	Revelia e reconvenção	853
21.6.	Revelia e julgamento antecipado da lide	855
21.7.	A revelia e os procedimentos especiais	856
21.8.	Revelia e a citação ficta	858

22 – SUSPENSÃO DO PROCESSO

22.1.	Ideias gerais.....	859
22.2.	A suspensão necessária do processo	859
22.3.	A suspensão facultativa do processo.....	866

23 – PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES, JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO, SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO

23.1.	A fase de saneamento e organização do processo	868
23.2.	As providências preliminares	868
23.3.	O julgamento conforme o estado do processo	870
23.3.1.	A extinção do processo sem resolução de mérito – sentenças terminativas ...	871
23.3.1.1.	O inciso I do art. 485	871
23.3.1.2.	O inciso II do art. 485.....	872
23.3.1.3.	O inciso III do art. 485	872
23.3.1.4.	O inciso IV do art. 485	873
23.3.1.5.	O inciso V do art. 485.....	874
23.3.1.6.	O inciso VI do art. 485	874
23.3.1.7.	O inciso VII do art. 485	875
23.3.1.8.	O inciso VIII do art. 485.....	877
23.3.1.9.	O inciso IX do art. 485	878
23.3.1.10.	O inciso X do art. 485.....	879
23.3.1.11.	As consequências comuns aos diversos casos de encerramento do processo sem resolução de mérito	880
23.3.2.	As decisões interlocutórias que extinguem parte do processo	880
23.3.3.	As sentenças resolutivas de mérito (definitivas) decorrentes de composição das partes	881
23.3.4.	As decisões interlocutórias que homologam composição das partes relativamente a parcela do mérito	881
23.3.5.	As decisões definitivas que reconhecem a prescrição ou a decadência.....	882
23.3.6.	As decisões interlocutórias que reconhecem a prescrição ou a decadência quanto à parcela do pedido.....	882
23.3.7.	As sentenças definitivas decorrentes do julgamento antecipado do mérito ...	882
23.3.8.	As decisões interlocutórias decorrentes do julgamento antecipado parcial de mérito	885
23.4.	A decisão de saneamento e organização do processo	886

24 – TEORIA GERAL DA PROVA

24.1.	Conceito jurídico da prova, momentos da prova e procedimento probatório	890
24.1.1.	A natureza das normas sobre provas.....	890
24.1.2.	Conceito de prova	892
24.1.3.	A prova, a persuasão racional e o problema da verdade	892
24.1.4.	Objeto de prova.....	894
24.1.5.	Momentos da prova e procedimento probatório.....	896
24.1.6.	Postulação das provas.....	897
24.1.7.	Admissão das provas	898
24.1.8.	Produção das provas.....	899
24.1.9.	Valoração das provas	900
24.2.	As provas e os princípios regentes do direito processual civil.....	901
24.2.1.	A prova e o princípio da liberdade, atipicidade ou não-taxatividade dos meios de prova.....	901
24.2.2.	A vedação das provas ilícitas como exceção ao princípio da liberdade dos meios de prova	902
24.2.3.	A prova e o princípio da persuasão racional	904
24.2.4.	A prova e o princípio dispositivo	905
24.2.5.	A prova e o princípio da aquisição processual	906
24.3.	Indícios e presunções	907
24.3.1.	Diferença entre prova direta e indireta.....	907
24.3.2.	Distinção entre presunção <i>hominis</i> e presunção legal	909
24.3.3.	Presunção.....	909
24.3.4.	Espécies de presunção.....	909
24.3.5.	As presunções legais.....	911
24.3.6.	As presunções do homem.....	912
24.3.7.	Valoração das presunções <i>hominis</i>	913
24.3.8.	A presunção <i>hominis</i> e a prova contrária.....	914
24.3.9.	A prova <i>prima facie</i>	915
24.3.10.	A prova <i>prima facie</i> e o problema do ônus da prova	916
24.4.	Ônus da prova	916
24.4.1.	Introdução	916
24.4.2.	Distinção entre ônus, obrigação e dever	917
24.4.3.	O ônus perfeito e o ônus imperfeito	917
24.4.4.	Correlação do ônus da prova com os princípios dispositivo e inquisitório	918
24.4.5.	Fundamentos da repartição do ônus da prova	920
24.4.6.	A sentença, o raciocínio do juiz e a função do ônus da prova.....	920
24.4.7.	A convenção das partes na distribuição do ônus da prova	921
24.4.8.	A alegação de fato modificativo, impeditivo ou extintivo e o ônus da prova de acordo com a regra geral (estática) do art. 373, <i>caput</i> , do CPC/2015.....	922
24.4.9.	A flexibilização do ônus da prova e a teoria das cargas dinâmicas probatórias	922

24.5.	Produção antecipada de provas	926
24.5.1.	Aspectos conceituais	926
24.5.2.	Hipóteses e características procedimentais.....	928
24.6.	Prova emprestada	930
24.6.1.	Conceito e fundamentos da prova emprestada	930
24.6.2.	Natureza e eficácia da prova emprestada	933
24.6.3.	Pressupostos à prova emprestada	935
24.6.4.	Questões problemáticas: a diversidade de juiz natural nos processos originário e destinatário e suas implicações	937

25 – PROVAS EM ESPÉCIE

25.1.	Ata notarial	943
25.2.	Depoimento pessoal.....	945
25.2.1.	Noções gerais	945
25.2.2.	Interrogatório livre e depoimento pessoal (propriamente dito). Diversidade de regimes jurídicos	949
25.2.3.	Definição.....	951
25.2.4.	Recusa em depor e aplicação da pena de confesso	954
25.2.5.	Procedimento do depoimento pessoal.....	955
25.2.6.	Restrições a certos fatos (art. 388 do CPC/2015).....	956
25.2.7.	Depoimento pessoal e confissão	957
25.3.	Confissão	957
25.3.1.	Noções gerais	957
25.3.2.	Conceito de confissão	958
25.3.3.	Elementos da confissão	960
25.3.4.	Espécies de confissão	961
25.3.5.	Divisibilidade e indivisibilidade da confissão	962
25.3.6.	Efeitos da confissão	962
25.3.7.	Aspectos principais da confissão em nosso direito positivo.....	962
25.3.8.	Revogação ou anulação da confissão	963
25.4.	Prova documental	963
25.4.1.	Noções gerais	963
25.4.2.	Definição de documento	964
25.4.3.	Os autores intelectual e material do documento.....	964
25.4.4.	O conteúdo e a eficácia do documento	965
25.4.5.	A forma como sendo da substância do documento.....	967
25.4.6.	O documento, em regra, é prova pré-constituída	970
25.4.7.	Classificação dos documentos. Aspectos gerais.....	970
25.4.8.	Os documentos e a autenticidade	972
25.4.9.	O documento e a extensão subjetiva de sua validade.....	973
25.4.10.	As autoridades que são autoras materiais dos documentos	973

25.4.11.	Instrumentos e documentos particulares. Distinção específica	973
25.4.12.	O documento e sua data	974
25.4.13.	Validade e autenticidade. Distinção	974
25.4.14.	O valor probante dos documentos e arguição de falsidade	975
25.4.15.	Exibição de documento ou coisa. Generalidades	977
25.4.16.	Fundamento jurídico ao direito à exibição de documento ou coisa	979
25.4.17.	As partes e sua legitimidade	980
25.4.18.	Os limites do pedido de exibição de documento ou coisa	980
25.4.19.	A recusa fundada de exibição	981
25.4.20.	Efeitos sobre a parte, tendo em vista a não exibição	981
25.4.21.	Efeitos sobre terceiros, tendo em vista a não exibição	981
25.4.22.	Os recursos	982
25.4.23.	A produção da prova documental e o procedimento	982
25.5.	Prova testemunhal	984
25.5.1.	Noções gerais	984
25.5.2.	Testemunha e parte. Distinção	985
25.5.3.	Testemunha e perito. Distinção	985
25.5.4.	O valor da prova testemunhal	985
25.5.5.	A técnica de inquirição	986
25.5.6.	O sujeito da prova testemunhal	990
25.5.7.	Conceito de testemunha	990
25.5.8.	A obrigação de testemunhar	992
25.5.9.	Quem pode ser testemunha	996
25.5.10.	Deveres e direitos da testemunha	1003
25.5.11.	O pedido e a admissibilidade da prova testemunhal	1004
25.5.12.	Procedimento da prova testemunhal	1006
25.5.13.	Local em que devem ser ouvidas as testemunhas	1009
25.5.14.	A substituição de testemunhas	1009
25.6.	Prova pericial	1010
25.6.1.	Conceito de perícia	1010
25.6.2.	Cabimento da prova pericial	1010
25.6.3.	Momento do pedido da prova pericial	1014
25.6.4.	O juiz e o resultado da perícia	1015
25.6.5.	Perícia. Requisitos e realização	1017
25.6.6.	A perícia e o perito	1022
25.6.7.	O perito e a sua responsabilidade	1023
25.7.	Inspeção judicial	1024
25.7.1.	Noções gerais	1024
25.7.2.	A participação de peritos na inspeção	1026
25.7.3.	A presença das partes na inspeção	1026
25.7.4.	A documentação da inspeção	1027

26 – AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

26.1.	Introdução	1028
26.2.	Atos que antecedem a audiência.....	1030
26.3.	A audiência de instrução e julgamento.....	1030
26.4.	Decisões proferidas na audiência de instrução e julgamento e os recursos cabíveis.....	1032
26.5.	O adiamento da audiência.....	1033
26.6.	Audiência e o problema do cerceamento de defesa.....	1034
26.7.	Audiência e o comparecimento do Ministério Público.....	1035

27 – SENTENÇA

27.1.	Generalidades sobre sentença	1037
27.2.	Conceito de sentença	1038
27.3.	Natureza jurídica e efeitos da sentença.....	1042
27.4.	As oportunidades em que pode ser proferida a sentença	1044
27.5.	Sentenças processuais (terminativas) e de mérito (definitivas)	1045
27.5.1.	Sentenças terminativas.....	1046
27.5.2.	Sentenças definitivas	1049
27.6.	Sentenças classificadas por sua eficácia	1050
27.6.1.	Sentença declaratória	1050
27.6.2.	Sentença constitutiva	1053
27.6.3.	Sentença condenatória	1054
27.6.4.	Sentenças mandamentais e executivas <i>lato sensu</i>	1055
27.6.5.	Sentenças dispositivas.....	1061
27.6.6.	Sentenças complexas.....	1063
27.7.	Intelecção da sentença e seus elementos.....	1063
27.7.1.	Relatório	1064
27.7.2.	Fundamentação	1066
27.7.3.	Estrutura e conteúdo básico da fundamentação	1068
27.7.3.1.	A limitação à reprodução de ato normativo.....	1069
27.7.3.2.	O emprego imotivado de conceitos jurídicos indeterminados	1070
27.7.3.3.	A fundamentação genérica.....	1071
27.7.3.4.	A falta de fundamentação-resposta	1072
27.7.3.5.	A menção descontextualizada de precedente judicial	1073
27.7.3.6.	A não observância injustificada do precedente judicial.....	1074
27.7.3.7.	A analogia não fundamentada e a decisão diante de lacunas da lei.....	1074
27.7.4.	O dispositivo e a essencialidade do conteúdo decisório da sentença	1076
27.8.	A correlação entre pedidos, causas de pedir e sentença	1077
27.8.1.	A sentença <i>infra</i> ou <i>citra petita</i>	1078
27.8.2.	A sentença <i>extra petita</i>	1079
27.8.3.	A sentença <i>ultra petita</i>	1081
27.8.4.	A sentença e o julgamento em face de pedido genérico.....	1082

27.9. A sentença e os fatos supervenientes à demanda	1082
27.10. Correção de inexatidões e erros materiais	1087
27.11. A sentença coletiva.....	1090

28 – A COISA JULGADA

28.1. Noção de coisa julgada e seu valor no ordenamento jurídico	1094
28.1.1. Coisa julgada formal e coisa julgada material	1100
28.2. Limites da coisa julgada	1101
28.2.1. Limites objetivos da coisa julgada (material)	1101
28.2.2. Limites subjetivos da coisa julgada.....	1110
28.2.3. Limites temporais da coisa julgada.....	1111
28.3. Efeitos da coisa julgada	1112
28.3.1. Efeitos negativos da coisa julgada.....	1112
28.3.2. Efeitos reflexos da coisa julgada	1113
28.3.3. Efeito preclusivo da coisa julgada material.....	1113
28.4. Coisa julgada e relações jurídicas continuativas.....	1118
28.5. A chamada “relativização da coisa julgada” e a previsão dos § 12 a 15 do art. 525 e dos § 5.º a 8.º do art. 535 do CPC/2015.....	1118
28.6. O momento de formação da coisa julgada – relação deste tema com o prazo para a propositura de ação rescisória	1127
28.7. A coisa julgada coletiva	1129
28.7.1. O Efeito Preclusivo e a Coisa Julgada Coletiva	1149

29 – AÇÃO RESCISÓRIA

29.1. A impugnação das decisões judiciais transitadas em julgado.....	1151
29.2. A decisão objeto de ação rescisória	1152
29.2.1. Rescisória da Rescisória.....	1156
29.3. Hipóteses que permitem a rescisão da decisão judicial	1156
29.4. Prazo para a propositura da ação rescisória	1162
29.5. Legitimidade das partes na ação rescisória	1165
29.6. Competência para processamento e julgamento da ação rescisória	1167
29.7. Procedimento da ação rescisória	1168

30 – VISÃO GERAL SOBRE OS RECURSOS

30.1. Noções preliminares a respeito dos recursos	1172
30.2. Vantagens e qualidades do sistema do CPC/2015	1176
30.2.1. Inovações em matéria de recursos e o CPC/2015 (alguns aspectos): celeridade e simplificação no contexto recursal	1177
30.2.1.1. Simplificação: noção e exemplos.....	1179
30.2.2. Modificações do recurso de agravo de instrumento e supressão do retido	1182
30.2.3. A admissibilidade da apelação só em segundo grau	1184

30.2.4.	Diferenças fundamentais entre CPC/1973 e o CPC/2015, em relação à celeridade e simplificação.....	1185
30.2.5.	Considerações finais a respeito da sistemática recursal do CPC/2015	1194
30.3.	Princípios Recursais.....	1196
30.3.1.	Decisões juridicamente relevantes	1197
30.3.2.	Legalidade.....	1198
30.3.3.	Tipificação.....	1198
30.3.4.	Taxatividade.....	1199
30.3.5.	Unirrecorribilidade ou Singularidade.....	1199
30.3.6.	Fungibilidade.....	1200
30.3.7.	Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	1203
30.3.8.	Dispositivo ou ônus de recorrer	1206
30.3.9.	Benefício Comum	1207
30.3.10.	Dialecticidade	1208
30.4.	Efeitos decorrentes da interposição dos recursos	1209
30.4.1.	Efeito obstativo	1210
30.4.2.	Efeito devolutivo.....	1211
30.4.3.	Profundidade do efeito devolutivo e/ou efeito translativo	1212
30.4.4.	Efeito suspensivo	1214
30.4.5.	Efeito expansivo.....	1216
30.4.6.	Efeito substitutivo	1219
30.4.7.	Efeito regressivo ou de retratação.....	1220

31 – ADMISSIBILIDADE E PROCESSAMENTO DOS RECURSOS

31.1.	Juízo de admissibilidade dos recursos	1222
31.2.	Competência para análise dos requisitos de admissibilidade.....	1224
31.3.	Natureza da decisão sobre a inadmissibilidade.....	1225
31.4.	Requisitos de admissibilidade dos recursos.....	1228
31.4.1.	Cabimento	1229
31.4.2.	Legitimidade para recorrer	1231
31.4.3.	Interesse em recorrer.....	1237
31.4.4.	Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	1239
31.4.5.	Tempestividade	1244
31.4.6.	Preparo.....	1248
31.4.7.	Regularidade formal.....	1250
31.5.	Recurso Adesivo.....	1253
31.5.1.	Generalidades	1253
31.5.2.	Denominação e natureza jurídica	1255
31.5.3.	Requisitos de admissibilidade	1256
31.5.4.	Cabimento do recurso adesivo	1257
31.5.5.	Legitimidade e interesse recursal.....	1258

31.5.6.	Tempestividade, preparo e demais requisitos de admissibilidade recursais ...	1262
31.5.7.	Interposição, processamento e julgamento	1265
31.6.	Poderes do Relator	1267

32 – APELAÇÃO

32.1.	Cabimento do recurso de apelação	1276
32.2.	Classificação e principais características do recurso de apelação	1277
32.3.	O efeito devolutivo no recurso de apelação	1279
32.3.1.	O efeito devolutivo no recurso de apelação e as questões que podem ser conhecidas de ofício	1280
32.3.2.	O efeito devolutivo no recurso de apelação e as causas maduras	1282
32.3.3.	Uma síntese das consequências do efeito devolutivo no recurso de apelação	1290
32.4.	O efeito suspensivo do recurso de apelação	1291
32.5.	A apelação e as decisões interlocutórias não impugnáveis por agravo de instrumento .	1293
32.5.1.	A apelação e as decisões interlocutórias que resolvem múltiplas questões	1294
32.5.2.	A apelação contra as decisões interlocutórias e o recurso subordinado do vencedor	1298
32.5.3.	A apelação subordinada do vencedor e a apelação adesiva: síntese comparativa	1301
32.5.4.	A hipótese excepcional de apelação autônoma contra decisão interlocutória	1302
32.6.	A apelação dirigida à solução de questão prejudicial contida na fundamentação da sentença	1304
32.7.	O prazo e a regularidade formal do recurso de apelação	1305
32.8.	O procedimento do recurso de apelação	1306
32.9.	Apelações com juízo de retratação	1310

33 – AGRAVO DE INSTRUMENTO

33.1.	Considerações introdutórias	1311
33.2.	Cabimento do agravo de instrumento e possibilidade de interpretação extensiva das hipóteses legais: ausência de violação à taxatividade	1312
33.2.1.	Panorama doutrinário-jurisprudencial sobre a interpretação do art. 1.015 do CPC/2015	1314
33.2.2.	Nossa opinião sobre o assunto	1324
33.3.	Principais hipóteses de cabimento do agravo de instrumento	1327
33.4.	Prazo e pressupostos de regularidade formal do agravo de instrumento	1333
33.5.	Os efeitos do agravo de instrumento	1335
33.5.1.	Os efeitos do agravo de instrumento interposto em face de decisão interlocutória parcial de mérito	1336
33.6.	Procedimento do recurso de agravo de instrumento	1338

34 – AGRAVO INTERNO

34.1.	Cabimento e finalidade do agravo interno	1339
34.2.	Prazo e regularidade formal	1342

34.3.	Procedimento do agravo interno	1344
34.4.	Multa aplicável ao agravo manifestamente inadmissível ou improcedente.....	1345
34.5.	Conversão dos embargos de declaração em agravo interno	1345
34.6.	Os efeitos do agravo interno	1346

35 – EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

35.1.	Cabimento dos embargos de declaração	1347
35.1.1.	Embargos de declaração com fundamento em obscuridade da decisão embargada.....	1349
35.1.2.	Embargos de declaração com fundamento em contradição da decisão embargada.....	1349
35.1.3.	Embargos de declaração com fundamento em omissão da decisão embargada.....	1350
35.1.4.	Embargos de declaração com fundamento em erro material.....	1351
35.2.	O prazo e os efeitos dos embargos de declaração	1353
35.3.	Procedimento dos embargos de declaração	1354
35.4.	Interposição concomitante de embargos de declaração por uma parte e recurso contra a decisão originária pelo litisconsorte ou pela parte adversa.....	1356
35.5.	Caráter infringente dos embargos de declaração	1357
35.6.	Embargos de declaração com fins de prequestionamento.....	1358
35.7.	Embargos de declaração protelatórios e sua reiteração	1359

36 – RECURSO ORDINÁRIO

36.1.	Aspectos conceituais e cabimento do recurso ordinário	1361
36.2.	Fungibilidade e recurso ordinário	1362
36.3.	Efeitos do recurso ordinário	1363
36.4.	Processamento do recurso ordinário	1365

37 – RECURSOS DE ESTRITO DIREITO

37.1	Recursos de <i>estricto direito</i> ou recursos extraordinários <i>lato sensu</i> – Um breve panorama... 1367	1367
37.2.	Breve histórico dos recursos especial e extraordinário – O surgimento do Recurso Extraordinário, sua evolução e feições até o surgimento do Recurso Especial..... 1373	1373
37.2.1.	Da Constituição do Império até a Constituição de 1969 (Emenda nº 1 de 1969) – Uma análise do direito positivo brasileiro	1374
37.2.2.	Da Constituição Federal de 1988: a redução das hipóteses de cabimento do recurso extraordinário e a criação do recurso especial.....	1387
37.3.	O papel dos tribunais superiores no julgamento dos recursos especial e extraordinário ...	1391
37.4.	Núcleo constitucional comum dos recursos especial e extraordinário	1397
37.4.1.	Decisão proferida em “única ou última instância” – o chamado esgotamento das vias ordinárias	1398
37.4.2.	O requisito do prequestionamento: o cabimento em face das causas decididas... 1402	1402
37.5.	Recurso especial.....	1411
37.5.1.	Decisões passíveis de impugnação por meio de recurso especial – análise do inciso III do art. 105 da CF/1988.....	1412

37.5.2.	Hipóteses do cabimento – Fundamentação do Recurso Especial.....	1414
37.5.2.1.	Decisão que contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência (alínea a) – A insubsistência da Súmula 400 do STF.....	1418
37.5.2.1.1.	O fundamento da alínea a e as hipóteses específicas de cabimento das alíneas b e c, do inciso III, do art. 105 da CF/1988.....	1425
37.5.2.2.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea b).....	1427
37.5.2.2.1.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea b) – Uma análise comparativa com o art. 102, III, d, da CF/1988.....	1427
37.5.2.2.2.	Decisão que julgar ato de governo local contestado em face de lei federal (alínea b) – Uma análise do atual conteúdo da alínea b.....	1430
37.5.2.3.	Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal (alínea c).....	1432
37.5.3.	A relevância da questão federal infraconstitucional – A PEC 209/2012 da Câmara dos Deputados e a PEC 10/2017 do Senado Federal.....	1435
37.6.	Recurso Extraordinário.....	1439
37.6.1.	Decisões passíveis de impugnação por meio do recurso extraordinário – análise do inciso III do art. 102 da CF/1988.....	1439
37.6.2.	Hipóteses Cabimento – Fundamento do Recurso Extraordinário.....	1441
37.6.2.1.	Decisão que contrariar dispositivo da Constituição (alínea a).....	1444
37.6.2.2.	Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal (alínea b).....	1449
37.6.2.3.	Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição (alínea c).....	1452
37.6.2.4.	Decisão que julgar válida lei local contestada em face de lei federal (alínea d).....	1453
36.6.3.	Repercussão geral no recurso extraordinário.....	1455
37.7.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário – especificidades.....	1465
37.8.	Admissibilidade e processamento dos recursos especial e extraordinário.....	1474
37.9.	Agravo em recurso especial e em recurso extraordinário.....	1479
37.10.	Embargos de divergência nos Recursos Especial e Extraordinário – A uniformização no âmbito dos Tribunais Superiores.....	1484

38 – PRECEDENTES JUDICIAIS E DIREITO JURISPRUDENCIAL

38.1.	A força da jurisprudência no CPC/2015.....	1492
38.2.	Parâmetros para formar, aplicar e não aplicar decisões de observância obrigatória.....	1498
38.2.1.	Distinção, superação e adoção de decisões de observância obrigatória.....	1501
38.2.2.	Organização e a indexação das decisões de observância obrigatória.....	1504
38.3.	O incidente de resolução de demandas repetitivas.....	1506
38.3.1.	Natureza e cabimento do incidente.....	1506
38.3.2.	Instauração e procedimento do incidente.....	1509

38.3.3.	Audiências e participação democrática no incidente.....	1513
38.3.4.	Julgamento do incidente e aplicação da tese.....	1514
38.4.	O incidente de assunção de competência.....	1515
38.4.1.	Natureza e função do incidente.....	1515
38.4.2.	Procedimento.....	1516
38.5.	Recurso especial e o recurso extraordinário repetitivos.....	1518
38.5.1.	Processamento dos recursos repetitivos.....	1518
38.6.	Recurso extraordinário no regime da repercussão.....	1523
BIBLIOGRAFIA.....		1527
ÍNDICE LEGISLATIVO.....		1609
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....		1651
ÍNDICE ONOMÁSTICO.....		1677